

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ANTÔNIO VICENTE DO NASCIMENTO FEITOSA - UM JORNALISTA NO RECIFE OITOCENTISTA

Isabel Cristina Miranda Feitosa Ferreira¹

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

icmff@hotmail.com

Resumo

Ao estudarmos os periódicos do Recife Oitocentista, notamos fortemente a presença de Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, Mesmo que a historiografia o apresente, em suas páginas, timidamente, foi um dos analistas do Recife Oitocentista. Formou-se Bacharel em 1837, mesmo sendo mulato e pobre. Apesar da sua cor, numa sociedade onde os cidadãos menos prestigiados, como mulatos, pardos e pretos, mesmo libertos, eram opostos socialmente e não podiam exercer funções públicas. Nascimento Feitosa, devido as suas qualidades, entre elas, sua desenvoltura intelectual, transitou no meio de uma sociedade dominado por brancos e ricos, onde exerceu alguns cargos públicos, tais como: Promotor Público da Capital em 1841, Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial de Pernambuco e Suplente da 1º Vara de Juiz Municipal do Recife em 1842, Professor de Filosofia no Liceu Pernambucano em 1844. Foi ainda sócio fundador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), sendo eleito orador, desde a fundação até a sua morte. Foi eleito Deputado Geral em 1863, tendo seu nome sido incluído por duas vezes como candidato ao Senado. Destacou-se ainda na atividade jornalística, até o fim da sua vida. Utilizou-se da imprensa para dar voz às lutas contra o domínio econômico na mão dos estrangeiros, pela liberdade e pelo voto livre. Como redator do Jornal Diário Novo (jornal de cunho liberal), onde os revolucionários se reuniam e, que por ter sua sede na rua da Praia, dá nome ao movimento Praieiro, escreveu embates políticos – bastante comum para o período – contra o Diário de Pernambuco (jornal de cunho conservador). Em julho de 1849, após a derrota dos revolucionários praieiros, fundou o jornal “O Maccabêo” onde prossegue publicando a luta dos liberais, e que devido ao seu teor publicitário, teve suas atividades interrompidas algumas vezes por ordem da Guarda Nacional, encerrando em definitivo suas atividades em novembro do mesmo ano. Para cumprir o objetivo de dar vistas à Nascimento Feitosa, utilizamos alguns jornais, em especial o Diário Novo e Diário de Pernambuco, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Nascimento Feitosa, Imprensa Liberal, Mulato.

¹ Mestranda em História.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesta pesquisa, pretendemos compreender a vida de Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, homem pobre e de cor, que consegue bacharelar-se em Direito, político e jornalista de destaque na segunda metade do século XIX e de importante atuação no movimento praieiro.

Utilizamos os procedimentos teóricos metodológicos de Michel de Certeau em a Invenção do Cotidiano, onde percorre uma análise que toma como base estudar as práticas do cotidiano como modos de agir, como operações realizadas pelos indivíduos no processo da interação social.

De modo semelhante, Pierre Bourdieu, no intuito de superar as oposições entre indivíduo e a sociedade, analisando o mundo social compreendido à luz dos três conceitos fundamentais: o campo, o habitus e o capital que se relacionam, bem como para compreendermos a imprensa como rede de sociabilidade que produziu ações políticas e sociais (2017, p. 180 – 181). Argumenta ainda que a estrutura social decorre da vida prática de cada indivíduo e diz que o comportamento das pessoas numa sociedade está relacionado com a posição que ela ocupa na estrutura social.

As fontes trabalhadas neste estudo concentraram-se, em sua maioria, nos periódicos que circularam em meados do século XIX, em especial o Diário de Pernambuco e o Diário Novo, sendo obtidos através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os jornais e periódicos na primeira metade do século XIX exerciam influência no meio político e social pois tornaram-se espaços de propagação e formação de consciência política, disseminando movimentos sociais e proporcionando a criação de malhas de sociabilidade.

Através das malhas de sociabilidade, que eram construídas através de dois aspectos os quais permitiam identificar o perfil do grupo o qual fazia parte: o primeiro, a força de união entre seus integrantes e a segunda, as ideias que defendiam. Nascimento Feitosa, como todo e qualquer sujeito, também atuava dentro desses grupos; assim, crescia suas ideias e interesse pelo meio político.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Morel, as pessoas se organizavam em sociedades, não havendo formação por partidos até o ano de 1837, e definia como sendo:

Um partido político na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamentos em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade a partir de interesses e de motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc) entre seus participantes, tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não (MOREL, 2005, p. 27).

Analisando a imprensa do século XIX, verificamos que a publicação de impressos oficialmente no Brasil teve início com a chegada da família real no Rio de Janeiro em maio de 1808, onde foi criada a Imprensa Régia, com a publicação da Gazeta Oficial, responsável pela impressão de toda documentação oficial e divulgação dos atos administrativos. Já em setembro de 1808, cria-se a Gazeta do Rio de Janeiro, um jornal oficial controlado pela corte, responsável pela veiculação de informações oficiais e o que era de interesse do governo, sendo assim proibida publicações que não fossem autorizadas pela corte e ao começar a circular, passou a ser conhecido pelo público. Porém, segundo Luiz do Nascimento, em 1706 Pernambuco teve a primeira tipografia destinada “A impressão de letras de câmbio e breves orações devotas” (1968, p. 10).

No ano de 1821, Dom João VI suspende a censura prévia e determina a liberdade de imprensa, porém, para controlar o que seria publicado, cria outros meios para coibir publicações que fossem em desacordo com a religião, a moral e aos bons costumes e contra a pessoa do soberano, sob pena do governo embargar o impresso.

Sobre a liberdade de imprensa, a historiadora Isabel Lustosa em “Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência”, analisa a atuação dos impressos no período compreendido entre 1821 e 1823 e a ideia de liberdade e independência e explica ainda que entravam no debate também com boas intenções (2000, p. 32).

Entre as melhores intenções, declaradas logo no primeiro número, estava a promessa de que não seriam acolhidos nas folhas os chamados libelos difamatórios. Apesar das boas intenções dos redatores, no entanto, em virtude da diversidade das idéias e dos interesses em disputa, aos poucos emergiam as diferenças de opinião. O clima tenso e apaixonado que caracterizava a vida política se transferia rapidamente para os textos. Ao mesmo tempo, o direito ao anonimato, que será uma das características da radical liberdade de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

imprensa do tempo, funcionará como um estimulante para a maior ousadia dos redatores. Sob pseudônimo, D. Pedro escreveria os agressivos artigos que publicou contra Soares Lisboa e Luís Augusto May, no *Espelho*. Seria também sob pseudônimo que os Andrada atacariam o imperador no *Tamoyo*.

Tão oportuno, para desvendar os pseudônimos e seus verdadeiros nomes, foi analisar “A História da Imprensa de Pernambuco” de Luiz do Nascimento, que traduz seu trabalho como sendo “um apanhado bibliográfico mais ou menos completo, porque tratei de desfiar todos os aspectos e características de cada jornal” (1968, p. 9), uma das maiores obras referentes aos impressos que circularam no período compreendido entre os anos de 1821 à 1954 em Pernambuco, que devido a sua grandeza de detalhes, “onde Trata-se de um manancial imenso, colhido em numerosas bibliotecas e arquivos públicos e particulares” (1968, p. 16), totalizando 14 volumes, onde descreve minuciosamente a linha de produção de cada um deles, redatores, tiragens, transcreve publicações e comentando fatos políticos e sociais, atribuindo-lhe aos seus autores. Me detive em especial aos volumes I e II por apresentarem o Diário de Pernambuco e o Diário Novo, respectivamente, vez que estavam com frequência envolvidos em embates vez que possuíam posições políticas contrárias, e ainda, o volume IV e V que trazem comentários e publicações, de Nascimento Feitosa como redator ou como colaborador, em alguns periódicos – “O Progresso” (1969, p. 250), “A União” (1969, p. 299), “O Brado da Razão” (1969, p. 305).

Nabuco dizia ainda: “O Dr. Nascimento Feitosa nasceu para ser o maior jornalista do seu tempo” (AUSTREGESILO, 1951, p. 25) e, com o dom e a facilidade que tinha de expressar-se, ficou conhecido como Língua de Prata², um dos motivos do título do livro escrito pelo seu neto Antônio Austregesilo.

O Diário de Pernambuco (NASCIMENTO, 1968, p. 21) foi o primeiro diário a circular em Pernambuco, tendo sido fundado por Antonino José de Miranda Falcão, iniciando suas atividades no dia 7 de novembro de 1825 e trazia a informação de que teria a finalidade de fazer público anúncios que facilitassem as transações de compra e

² Segundo o dicionário criativo, a expressão “Língua de Prata” apresenta alguns significados que se encaixam com algumas características que lhes foram atribuídas, como: *Ter a palavra fácil*: ser eloquente, ter facilidade de se comunicar verbalmente; *Deitar o verbo*: falar, discursar; *Abrir a boca*: falar o que sente, o que pensa ou o que sabe; *Tomar a palavra*: reivindicar a vez de falar, interromper o outro para se pronunciar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

venda, alugueis, leilões, achados e perdidos, fugidas e apreensões de escravos, viagens, amas de leite, entre outros, sendo permitido às pessoas que se interessassem de fazer estes tipos de anúncios que podiam remeter a tipografia assinados que seriam impressos grátis. Sua principal clientela eram pessoas ligadas ao comércio, vez que teriam interesse em anunciar seus produtos e ampliar sua clientela e em consequência, suas vendas.

Já na edição de agosto de 1826 (NASCIMENTO, 1968, p. 26), tivemos ao que tudo indica, um dos primeiros desentendimento entre publicações feitas envolvendo o Diário de Pernambuco e outros diários, onde fora divulgada uma correspondência do Ouvidor de Olinda – Luís Ângelo Vitório do Nascimento Crespo em resposta as acusações de um colaborador que apresentava-se como “Constante Leitor” chamando-o de “injusto” e “subornado”, referindo-se a um despacho sobre apropriação de escravos, onde prometia levar o acusador ao Tribunal (NASCIMENTO, 1968, p. 24). O referido processo teve seu início noticiado no dia 7 de agosto do mesmo ano contra Antonino José de Miranda Falcão onde fora acusado de ofensa a liberdade de imprensa e de ataque a honra do suplicante. Assim como esse problema, muitos outros embates políticos aconteceram entre diversos jornais e periódicos, onde muito desses eram decididos judicialmente.

No mês de fevereiro do ano seguinte - 1827, o Diário de Pernambuco traz em sua primeira página o artigo intitulado “Liberdade de Imprensa” (NASCIMENTO, 1968, p. 24-25).

Continuando suas edições e adotando uma linha mais ampla de publicações com variedades, artigos da redação e correspondências, estas assinadas por diversos pseudônimos – “O Abelhudo, O Venturoso, Um Matuto, O amigo dos homens, O bumba meu boi, O bumba papa-farinha, O caruaruense”, etc, tornando-se uma prática comum nos jornais e periódicos oitocentistas em Pernambuco (NASCIMENTO, 1968, p. 25).

A prática de usar pseudônimos para publicação de suas correspondências se justifica à medida que aquele que escreve quer manter-se no anonimato, vez que, apesar do jornal no século XIX ter sido o principal veículo de informações foi também

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

um espaço para veiculação de ideias e de participação na vida social e política. O uso de pseudônimos tinha como uma das suas finalidades criar polêmicas e discussões e ainda atribuir atos ou palavras, mesmo que inverdades, aos seus desafetos e adversários políticos no intuito de se fazer conhecido e elevar-se. Era na seção destinada a comunicados e correspondências que os colaboradores enviavam seus artigos onde faziam denúncias e reivindicações.

Porém, devido à frequência que se escrevia naquele mesmo periódico, o anonimato era descoberto, motivo pelo qual, muitas vezes a mesma pessoa, de acordo com o periódico que escrevia, trazia um pseudônimo diferente, a exemplo do Padre-Frei Miguel do Sacramento Gama, que chegou a assinar como “*O Carapuceiro ou O Sonâmbulo*” (NASCIMENTO, 1966, p. 26) *Sempronio* (NASCIMENTO, 1983, p. 32), *O Solitário* (NASCIMENTO, 1983, p. 33) e, quando não se descobria o anonimato, a matéria era atribuída aos redatores e até aos impressores dos periódicos. Para Marson (1980, p. 47-48), os impressores serviam como “laranjas” da imprensa política, deliberando as demandas com o judiciário e com a polícia. Assim, era comum advogados e outras autoridades fazer parte da organização dos jornais. Políticos e magistrados como Barão Lopes Neto, Nunes Machado e Jerônimo Vilella faziam parte da imprensa Liberal - Praieira e Maciel Monteiro, Figueira de Melo e Nabuco de Araújo, atuavam junto a imprensa dos conservadores - guabirus.

Esse desenvolvimento da imprensa estava vinculada às disputas políticas, a emergência de diferentes projetos políticos e a mobilização da opinião pública. Foi a arena na qual os debates transcorreram com maior abertura e amplitude, além de franca virulência, facilitados pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato (BASILE, 2014, p. 65).

No ano de 1835, o Diário de Pernambuco foi vendido à firma Pinheiro & Faria (NASCIMENTO, 1968, p. 34), e funde-se com o Diário da Administração, tendo Manoel Figueroa de Farias assumido a direção do jornal que trazia em seu cabeçalho a imagem do brasão de armas do Império, passando assim a fazer parte do órgão oficial da província. Passa a partir daí apresentar outra linha de publicações, sempre a favor do governo.

Segundo José Murilo de Carvalho, o Diário de Pernambuco ficou conhecido como jornal de cunho conservador (2011, p. 95) vez que os editores direcionavam suas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

discussões em favor desses, conforme publicado no dia 02 de maio de 1835 na coluna “introducção” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1835, n. 70, p. 1):

Huma cousa he censurar os actos illegaes da Authoridade, que traspõe as balizas da sua jurisdição, e outra cousa he conciliar os povos á desobediência, e a revolta, tirando a força moral ao Governo, e conseguiatamente abrindo os diques á anarquia, e a toda a terrível cometiva. O primeiro procedimento he próprio das almas livres, e característico do verdadeiro Patriota; o segundo he a tática usual, e já sedição dos demagogos, e perturbadores, aos quaes não há, nem pode haver Governo, que compraça; porque Governo he synonymo de força; a força só se mantém com a ordem, e os anarquistas somete aspirão á desordem.

Não somos pois criaturas, nem parazytos do Governo; pelo que reprovaremos aqueles de seus actos, que forem de encontro á Lei, elogiaremos aquelles, que julgarmos conformes á utilidade publica, e ás disposições legaes; por que se a censura judiciosa, e decente serve para corrigir o vicio, o louvor das boas acções he um incentivo para a virtude, e hum poderoso estímulo para a imitação.”³

Os embates políticos eram praxe entre os conservadores e liberais e se estendiam para a imprensa, de um lado o Diário de Pernambuco, de cunho conservador e do outro o Diário Novo, de cunho liberal.

Flávio Cabral em “Conversas Reservadas: Vozes Públicas, Conflitos Políticos e Rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil” (2008, p. 196) apresenta as disputas políticas nos jornais da província de Pernambuco e relata que sendo um dos principais veículos de divulgação e reivindicações de direitos, onde o movimento liberal através dos periódicos, cria esperança por possíveis reformas política.

O acesso aos impressos “possibilitara a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de ideias e atitudes, e fez com que gente das mais diversas origens e formações uma chance para se lançar na vida políticas” (LUSTOSA, 2010, p. 12), segundo Lustosa, servindo assim de abertura à projetos políticos. Em relação a essa inserção de multiplicidade de pessoas inserindo-se na política, Marcello Basile diz (214, p. 65):

Jornais e panfletos foram responsáveis pela difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos

³ Transcrito *ipsis litteris* da escrita constante no Diário de Pernambuco de 2 de maio de 1835, ed. 00070, p. 1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação.

Em Pernambuco, a imprensa do século XIX apresentou uma vasta participação de escritores e tornou-se o principal veículo de divulgação de matérias políticas, literárias, noticiosas, anúncios, cartas e correspondências dando sentido político aos acontecimentos.

Não podemos deixar de mencionar que a imprensa foi um meio privilegiado de manifestações contrárias às práticas administrativas, onde diversos redatores e entre eles Antônio Vicente do Nascimento Feitosa passaram a manifestar suas insatisfações, fazendo denúncias dos atos praticados pelo governo e a fazer reivindicações. Denunciam o comércio na mão dos portugueses, a entrada de estrangeiros para ocupar cargos públicos com altas remunerações, onerando o cofre público, denunciam as violências praticadas pelo governo, reivindicam liberdade de imprensa, entre outras. As reuniões políticas aconteciam também na sede dos jornais, como no caso do Diário Novo, onde era ponto de reunião dos revolucionários Liberais.

Antônio Vicente do Nascimento Feitosa principiou sua carreira como advogado no ano seguinte a sua conclusão do curso como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no Curso de Olinda – 1837 onde, apesar de homem “de cor”, destaca-se numa sociedade dominada pelo poder e pela condição trazida na pele, chegando a assumir alguns cargos públicos importantes e “desde o início da sua carreira filiou-se ao partido liberal e então labutou com rara intrepidez de partidário; jornalista e revolucionário [...]” (AUSTREGESILLO, 1951, p. 19), “abraçando “a causa liberal, e foi um dos seus mais denodados campeões” (COSTA, 1882, p. 177) com publicações tanto como colaborador como redator, em diversos jornais, chegando a ser eleito Deputado a Assembleia Geral Legislativa em 1863 (COSTA, 1882, p. 178).

O nome de Nascimento Feitosa aparece em reportagens de jornais ou livros, muitas vezes referindo-se a ele como “mestiço”⁴ (SILVA, 1789, p. 78), “mulato”⁵

⁴ MESTIÇO - filho de animais que não são da mesma espécie. O filho de Europeo com índia, de branco com mulata.

⁵ MULATO - filho ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branca, até certp gráo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(SILVA, 1789, p. 103) ou “pardo”⁶ (SILVA, 1789, p. 159), o que era bastante comum referir-se a um sujeito no século XIX mencionando-se sua cor, vez que era atributo de diferenciação, onde o branco e o negro eram opostos socialmente. A cor sugeria ainda o grau de prestígio do sujeito. Segundo o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo Padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, os termos: mestiço, mulato e pardo possuíam significados pejorativos ao referir-se a um sujeito. Ele é, ainda no século XX, apontado como “o mulato Feitosa”, conforme verificamos na reportagem publicada no Diário de Pernambuco do dia 22 de outubro de 1978, páginas D4 e D5, na matéria que tem como título “O caminho para libertar-se do coronelismo”, Onde Liberato Costa Júnior, analista político pernambucano escreve: “[...] Recife foi oposição na chamada Revolução Praieira, com a liderança de Nunes Machado, escudada no grande tribuno, jornalista e bacharel que foi o mulato Feitosa. Recife sempre teve esse comportamento. [...]”

Para Jocélio em “De pardos disfarçados a brancos pouco claro: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII – XIX”, e com base nas tabelas feitas com dados das confrontações da cor dos menores quando deixados na roda dos excluídos e dos bilhetes e roupas que eram deixados junto aos mesmos, conclui-se que não era apenas as características genética – cabelo, cor, aparências físicas e faciais, que definiam a “cor”.

O pequeno número de bilhetes encontrados pouco revela sobre a origem social da maioria dos expostos. Entretanto, mesmo sem identificações do lugar ocupado pelos seus pais na sociedade baiana, penso que não havia uma completa isenção do olhar de quem registrava a cor das crianças. Ou seja, é possível pensar que a mente de quem registrava os expostos fosse também permeada pela imaginação da cor dos seus pais. Um aspecto importante é que outros elementos apresentados na descrição como os caracteres fenotípicos, não são o elemento definidor das cores sociais. Ou seja, os traços biologizados do racismo científico do século XIX – a boca, o formato do nariz e dos lábios como características físicas na definição da cor – são menos definidores das cores sociais, ... (SANTOS, 2002, p. 133 – 134)

Assim, a pobreza podia “escurecer” um indivíduo e a riqueza o “embranquecer”; além do *status* social e econômico, a época e a região e quem observava, tudo influenciava para definição da “cor”.

⁶ PARDO – de cor entre branco e preto, como a dor pardal, mulato.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao que tudo indica, devido a sua competência e malha de sociabilidade, apesar de homem “de cor”, Nascimento Feitosa, igualmente a outros sujeitos que passam por uma escala gradual de clareamento, ascendeu socialmente, chegando a ser reconhecido, numa sociedade dominada por brancos, como se assim fosse. Chegou a ser recebido pelo Imperador Pedro II, conforme escreveu no dia 25 de novembro de 1859 em seu diário, ao referir-se a ele como pardo:

Falei com o Dr. Feitosa antes do jantar, e de noite veio com a deputação de suas duas sociedades congratular-me fazendo queixas políticas. É pardo claro, com olhos mais abertos que inteligentes, e ares de ambicioso pouco ousado na ação. Exprime-se com facilidade e parece estar agora em excelentes idéias. Disse-me que lhe parecia que o Forte de São Jorge ficava para o lado da Tacaruna. (BEDIAGA, 1999, v. 3, p. 7)

O Diário Novo começou a circular no dia 1 de agosto de 1842, fundado pelos Liberais e, já no número um trazia como prospecto:

“A alma do jornalista deve ser um santuário de coragem e lealdade, [...] o publicista deve ocupar-se das coisas e não dos homens: A sua missão não é perturbar os lares domésticos; é somente assinalar os melhoramentos que o país exige. [...] fazendo cessar dest’arte o mais odioso de todos os monopólios, o monopólio da imprensa. ...” (NASCIMENTO, 1966, p. 32)

trazendo assim a preconcebida finalidade investir contra o Diário de Pernambuco, que passou a ser conhecido como Diário Velho, de cunho conservador, tornando-se um dos principais escudos de transformação, de divulgação de reivindicações sociais, de arma e de luta para propagação das ideais liberais, chegando a ser fechado algumas vezes pelos guardas imperiais.

Apesar de Nascimento Feitosa não ter participado da luta em campo de batalha da Revolução Praieira, ao que tudo indica, a pedido de Nunes Machado vez que diz que os dali saíssem vivos, iriam precisar dos seus trabalhos, conforme podemos verificar os escritos nas páginas do periódico *A Província*, numa matéria intitulada *Honra ao Heroico Pernambucano*, publicada no dia 04 de fevereiro de 1874:

[...]

Nunes Machado, arrastado pela força do seu patriotismo, pelo fervor de suas convicções, foi uma das principaes victimas desse funesto acontecimento; poz-se á frente do movimento, combinado por outros, e no qual por prematuro o ilustre patriota nenhuma confiança depositava; teve, ao contrário, clara intuição de seu mallogro, e intima convicção de que seria sacrificado nessa empresa, que ele taxara de desesperada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pois elle tinha a perspicacia do político, e a previsão do sabio.

Provam bem esta verdade as memoráveis palavras, cheias de confiança, e de certeza, que elle dirigira ao então joven Dr. Feitosa, quando este procurava auxiliá-lo nessa terrível crusada – Doutor, não te compromettas nesta revolução, porque ella será vencida, e mallograda; o partido e os vencidos hão de precisar de quem os defenda, de quem os dirija; e tu és o homem que podes prestar esses serviços, que me podes substituir, porque eu ... eu tenho certeza de não sobreviver.” (A PROVÍNCIA, 1874, n. 211, p. 2)

Verificamos que, apesar de Nascimento Feitosa só ter assumido como redator no Diário Novo após a Praieira, ele já atuava em favor dos liberais, onde

extinta Revolução Praieira, com a vitória dos legalistas, tendo perdido a vida Nunes Machado, encontravam-se presos os demais redatores do Diário Novo: deputado Jerônimo Vilela, General Abreu e Lima e deputado Filipe Lopes Neto, enquanto Felix Peixoto de Brito e Melo conseguira fugir para Portugal. Presos também o impressor Santos Caminha e o tipografo Carlos Eduardo Muhlert, de nacionalidade alemã. (NASCIMENTO, 1966, p. 43)

onde advogava em defesa do Diário Novo e dos seus membros, como no caso publicado no Diário Novo, edição 00095, de 29 de abril de 1845 onde uma testemunha que assina *Impávido Liberal* (DIÁRIO NOVO, 1845. n. 95, p. 2) critica a postura do juiz municipal suplente Antônio José Pereira no processo crime encaminhado pelo senhor Manoel Joaquim do Rego e Albuquerque Cavalcante contra o proprietário da typographia imparcial, Luiz Ignacio Ribeiro Roma⁷, o qual Nascimento Feitosa era advogado do acusado.

Considerações Finais

A prática do uso de pseudônimos para manter-se no anonimato contribuía para o abuso da liberdade de imprensa, criando polêmicas e discussões, principalmente por divergências política, onde os impressores serviam como “laranjas” da imprensa política, deliberando as demandas com o judiciário e com a polícia. Assim, era comum advogados e outras autoridades fazer parte da organização dos jornais. Mais do que ideias, os jornais revelavam uma consciência política onde bacharéis participavam e em muitos casos tornam-se políticos, onde agiam como porta-voz das insatisfações e como

⁷ Luiz Roma, dedicou-se exclusivamente ao comercio, montou uma typographia e um estabelecimento de livros, e em 1842 fundou o *Diário Novo*, publicação esta que se prolongou por muito tempo. In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*. Typographia Universal, 1882, vol. II, p. 628.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

formadores de opinião, como Nascimento Feitosa, que chegou a ser eleito Deputado Provincial.

Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, transitou entre a luta política e às folhas dos periódicos alçando voos difíceis para um homem “de cor” no século XIX. Era visto como “branco” por muita gente, conforme verificamos na sua Certidão de Idade⁸ que fora obtida no arquivo da Faculdade de Direito do Recife, tendo sido classificado como branco, provavelmente, não no momento do seu registro original, mas sim “a pedido”, vez que está escrito entre linhas e com outra tonalidade de tinta, pois a cor era condição social dependendo o espaço o qual estava integrado.

BIBLIOGRAFIA

AUSTREGESILO, Antonio. **Dr. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa "Língua de Prata"**. 1. ed. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1951.

BASILE, Marcello. O Laboratório da Nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo: **O Brasil Imperial (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileiro, 2014.

BEDIAGA, Begonha (Org.). **“Diário do Imperador D. Pedro II (1840 – 1891)”**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 00053, 2 mai. 1838, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/8007. Acesso em 25 maio 2021

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu e a Produção Social da Cultura, do Conhecimento e da Informação**. MARTELO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2017.

CABRAL, Flávio. **Conversas Reservadas: “Vozes Públicas, Conflitos Políticos e Rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil”**. Recife, UFPE, 2008.

⁸ Como não existia cartórios à época, quando se necessitava de uma cópia da Certidão de Idade, o padre a transcrevia, vez que eram funcionários do governo e tinha o que chamamos hoje de “fé de ofício”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. Recife, Ed. Universitária, 2011.

CARVALHO, José Murilo (Org.). **A Construção Nacional. 1830 – 1889**. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre, Objetiva, 2011, p. 95.

CERTEAU, Miche de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis:RJ, Ed. Vozes, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Typographia Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221687>. Tomo I. Acesso em: 25 mai 2021.

DICIONÁRIO CRIATIVO. Disponível em: https://dicionariocriativo.com.br/expressoes/1%C3%ADngua_de_prata/discurso. Acesso em 03 ago 2021.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário De Pernambuco**. Recife, 02 maio 1835, n. 70. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/8007>. Acesso em: 10 mai 2021.

HEMEROTECA Digital. **Diário Novo**. Recife, 29 abril 1845, n. 95. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800449/2842>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência. 1821 – 1823**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____, Isabel. **O Debate sobre os Direitos do Cidadão na imprensa da Independência**. In: RIBEIRO, Glaydes Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares da Cruz (Org.) **Linguagens e Práticas de Cidadania no Século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

MARSON, Isabel Andrade. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MOREL, Marco. **As transformações dos Espaços Públicos**. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

NASCIMENTO, Luiz do. **Dicionário de Pseudônimos de Jornalistas Pernambucanos**. Recife: Imprensa Universitária, 1983. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf>. Acesso em: 9 mai 2021.

_____, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1968, Vol. I. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/publicacoes-digitalizadas/9994-historia-da-imprensa-de-pernambuco>. Acesso em: 11 mai 2021.

_____, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1966, Vol. II. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/publicacoes-digitalizadas/9994-historia-da-imprensa-de-pernambuco>. Acesso em: 11 mai 2021.

_____, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1969, Vol. VI. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/publicacoes-digitalizadas/9994-historia-da-imprensa-de-pernambuco>. Acesso em: 11 mai 2021.

SANTOS, Jocélio Santos dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claro: Classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII – XIX*. Trabalho apresentado no Simpósio The Trans-Atlantic Construction of the Notions of ‘Race’, Black Culture, Blackness and Antiracism: Towards A New Dialogue between Researchers in Africa, Latin America and the Caribbean, Gorée, Senegal, 11-17 nov. 2002.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 78. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 18 mai. 2021.